



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
- 2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 3 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/11/2015

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Glaycon Franco (substituindo o deputado Duarte Bechir, por indicação da liderança do BCM) e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência e, submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.095/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação dos servidores públicos estaduais que foram cedidos à Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais - Hemominas - há mais de 10 anos;

nº 4.096/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública para apurar acusações de tortura, corrupção e abuso de poder por parte da Polícia Militar, feitas pelo delegado Fábio de Souza Henrique e postadas nas redes sociais;

nº 4.097/2015, do deputado Rogério Correia, do deputado Professor Neivaldo e do deputado Doutor Jean Freire, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a atuação e a intervenção da Polícia Militar nas manifestações realizadas pelos movimentos sociais no Estado e a proteção dos direitos e garantias fundamentais;

nº 4.098/2015, do deputado Doutor Jean Freire e do deputado Professor Neivaldo, em que solicitam seja encaminhado à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais pedido de providências para convocar mesa de negociação já instituída para tratar da situação do Acampamento José Bandeira, localizado na Fazenda da Prata, em Pirapora, a fim de que continue acompanhando as famílias no processo de negociação, especialmente na reunião a ser realizada em 6/11/2015;

nº 4.099/2015, do deputado Doutor Jean Freire e do deputado Professor Neivaldo, em que solicitam seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG - e ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - Cejus - pedido de providências para a suspensão do cumprimento de liminar de reintegração de posse nos autos do Processo nº 0024.12.246.811-9, que envolve mais de 180 famílias do Acampamento José Bandeira, localizado no Município de Pirapora, nos termos do



pedido já protocolizado perante o TJMG pela Defensoria Pública - Processo nº 1.0000.15087742.1000 -, acompanhado das notas taquigráficas da 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada no dia 3/11/2015;

nº 4.100/2015, do deputado Doutor Jean Freire e do deputado Professor Neivaldo, em que solicitam sejam encaminhadas à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais e aos componentes da Mesa da 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada no dia 3/11/2015, as notas taquigráficas dessa reunião;

nº 4.101/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita sejam encaminhadas ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para intervir e colaborar nas negociações visando à resolução da situação das famílias do Acampamento José Bandeira, localizado no Município de Pirapora, acompanhado das notas taquigráficas da 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada no dia 3/11/2015;

nº 4.102/2015, do deputado Rogério Correia, do deputado Doutor Jean Freire e do deputado Professor Neivaldo, em que solicitam seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada no dia 3/11/2015, para estudar e intervir em favor das 180 famílias do Acampamento José Bandeira, localizado no Município de Pirapora, tendo em vista a realização de convênio com o governo federal para garantir a disponibilização, a manutenção e o assentamento das famílias na Fazenda da Prata; e a garantia de que não ocorra a reintegração de posse dessa e das demais áreas ocupadas no Estado;

nº 4.103/2015, do deputado Rogério Correia, do deputado Doutor Jean Freire e do deputado Professor Neivaldo, em que solicitam seja encaminhado à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais, pedido de providências para convocar mesa de negociação para tratar da situação do Acampamento José Bandeira, localizado na Fazenda da Prata, em Pirapora, e realizar, em caráter de urgência, reunião com representantes das famílias envolvidas, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - Cejus -, do Comando-Geral e do comando local da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG -, desta comissão, do Ministério Público, da Defensoria Pública e de outros órgãos competentes, tendo em vista o iminente risco de desapropriação da área;

nº 4.104/2015, do deputado Rogério Correia, do deputado Doutor Jean Freire e do deputado Professor Neivaldo, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, à Procuradoria-Geral da Fazenda em Minas Gerais e à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Minas Gerais - Incra - pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada no dia 3/11/2015, para agilizar a resolução da situação das famílias do Acampamento José Bandeira, localizado na Fazenda da Prata, em Pirapora, especialmente no que se refere à possibilidade de aquisição ou adjudicação da área do acampamento, tendo em vista o iminente risco de desapropriação da área.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente – Carlos Pimenta – Rogério Correia – Elismar Prado.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/11/2015

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Roberto Andrade. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Isauro Calais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício dos autores dos Projetos de Lei nºs 1.219, 1.256, 2.249 e 2.589/5015, encaminhando documentos



necessários à sua tramitação, em atenção a pedidos de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos aos respectivos projetos. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.011, 3.012 e 3.021/2015 (Antônio Jorge), 3.010 e 3.020/2015 (Bonifácio Mourão), 3.015 e 3.026/2015 (Cristiano Silveira), 3.013 e 3.019/2015 (Isauro Calais), 3.006 e 3.017/2015 (João Alberto), 3.008, 3.018 e 3.022/2015 (Leonídio Bouças), 3.007 e 3.023/2015 (Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Resolução nº 3/2015 e os Projetos de Lei nºs 2.868, 495, 1.145, 1.839 e 2.273/2015 são retirados da pauta, por deliberação da comissão a requerimento do deputado João Alberto. A presidência suspende a reunião. Às 11h43min são reabertos os trabalhos com as presenças da deputada Ione Pinheiro (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BVC) e os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira e Roberto Andrade (substituindo o deputado Antônio Jorge, por indicação da liderança do BCMG). Está presente também o deputado Cabo Júlio. Os projetos de lei mencionados entre parênteses são retirados da pauta por deliberação da comissão, a requerimento dos deputados Antônio Jorge (360 e 496/2015), Cristiano Silveira (712, 969, 1.014 e 2.790/2015), Isauro Calais (480 e 687/2015) e Leonídio Bouças (2.838 e 487/2015). Os Projetos de Lei nºs 2.252, 2.353 e 1.606/2015 são retirados da pauta por determinação do presidente, por terem sido apreciados em reunião anterior. O Projeto de Lei nº 383/2015 é retirado da pauta por determinação da presidência, por não cumprir os pressupostos regimentais. É aprovado requerimento do deputado Cristiano Silveira em que solicita que o Projeto de Lei nº 2.277/2015 seja apreciado em último lugar desta fase. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei Complementar nºs 3/2015 na forma do Substitutivo nº 1 e 42/2015 (relator: deputado João Alberto). Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 793/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Cristiano Silveira). Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 319/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira). Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 780/2015 (relator: deputado João Alberto). Registra-se a presença do deputado Isauro Calais. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Leonídio Bouças, que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 1.271/2015, é rejeitado o requerimento de adiamento de votação da deputada Ione Pinheiro. Registram-se os votos contrários da deputada Ione Pinheiro e do deputado Bonifácio Mourão. É aprovado o parecer do relator, registrando-se os votos contrários da deputada Ione Pinheiro e do deputado Bonifácio Mourão. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 382/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Isauro Calais). Registra-se a saída da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Bonifácio Mourão e Cristiano Silveira. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.917/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças). Registra-se a entrada do deputado Cristiano Silveira. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Leonídio Bouças, que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 69/2015, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado João Alberto. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 84/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira) e 1.566/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 527/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Leonídio Bouças. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nos 686, 788 e 1.406/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores (deputados Leonídio Bouças, o primeiro, e João Alberto, os demais, todos em virtude de redistribuição). Registra-se a presença do deputado Carlos Pimenta. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.765/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.834,



2.280 e 2.856/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Leonídio Bouças. São convertidos em diligência ao secretário de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Contagem o Projeto de Lei nº 2.272/2015 (relator: deputado João Alberto, em virtude de redistribuição); ao autor, ao secretário de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Uruçuaia o Projeto de Lei nº 2.918/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão); ao secretário de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto Lei nº 2.929/2015 (relator: deputado Isauro Calais); ao secretário de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 2.934/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.277/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Cristiano Silveira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.219, 2.891, 2.892, 2.893, 2.928/2015 com a Emenda nº 1, e 2.942, 2.944, 2.948, 2.959, 2.961, 2.963, 2.968, 2.973, 2.974 e 2.977/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o primeiro, o segundo, o quarto ao sétimo, o nono, o décimo segundo ao décimo quinto, em virtude de redistribuição); 1.256, 2.589, 2.908, 2.915 e 2.941/2015 (relator: deputado Isauro Calais); 2.249, 2.318, 2.898, 2.927/2015 na forma do Substitutivo nº 1 e 2.932, 2.940 e 2.964/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira); 2.901 e 2.949/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão); e 2.925, 2.935, 2.939, 2.947 e 2.950/2015 com a Emenda nº 1 e 2.960/2015 (relator: deputado João Alberto). Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Isauro Calais, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.945/2015 na forma do Substitutivo nº 1, em turno único, o presidente defere o pedido de vista do deputado Carlos Pimenta. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos que solicitam pedido de informações, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, aos respectivos autores dos Projetos de Lei nos 2.889, 2.897, 2.899, 2.902, 2.909, 2.943, 2.958, 2.965 e 2.967/2015 e ao secretário de Casa Civil relativamente ao Projeto de Lei nº 2.907/2015, para que instruem as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – João Alberto – Cristiano Silveira – Isauro Calais – Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/11/2015

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Durval Ângelo (substituindo o deputado Léo Portela, por indicação da liderança do BMM) e Noraldino Júnior (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Noraldino Júnior, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação são aprovados os seguintes pareceres dos Projetos de Resolução nºs 27, 28, 29 e 30/2015 (relator: deputado Noraldino Júnior) e dos Projetos de Lei nºs 1.079, 1.183, 1.375, 1.612, 1.773, 1.810, 1.896, 1.977, 2.042, 2.071, 2.086, 2.087, 2.161, 2.171, 2.185, 2.187, 2.188, 2.198, 2.200, 2.203, 2.205, 2.457 e 2.499/2015 (relator: deputado Gilberto Abramo). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Gilberto Abramo, presidente – Léo Portela – Tito Torres.

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/11/2015

Às 15h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Thiago Cota, Cristiano Silveira (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM) e Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento de ofício da Sra. Ana Beatriz de Oliveira, diretora do Departamento de Fomento e Desenvolvimento Sustentável e do Fundo Nacional de Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente, publicado no *Diário do Legislativo*, em 4/11/2015. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.078 e 1.628/2015 são retirados de pauta por determinação do presidente, por haverem sido apreciados em reunião anterior. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.720/2015 na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Vanderlei Miranda), e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 361/2015 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde, com a Emenda nº 1, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Vanderlei Miranda, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, e para as reuniões extraordinárias do dia 5/11/2015, às 10 horas e às 14h15min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Arnaldo Silva – Gustavo Corrêa – Durval Ângelo – Rogério Correia – Felipe Attiê – Thiago Cota.

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/11/2015

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco, Antônio Jorge e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, Leandro Genaro e Cristiano Silveira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater temas relacionados às políticas de saúde na Macrorregião de Saúde Centro-Sul do Estado e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* da Sra. Alessandra Fernandes Alves, fisioterapeuta da cidade de Itapeverica, solicitando ajuda para que a Secretaria de Saúde pague os valores das sessões de fisioterapia que estão sendo feitas em virtude de ordem judicial, atrasados desde abril de 2015, visto que esse atraso no pagamento tem ocasionado grande dificuldade financeira para o sustento de sua família. O presidente comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Suriêtte Apolinário dos Santos, diretor adjunto da Diretoria de Fiscalização da ANS (10/10/2015), Paulo César Ramalho, 22º promotor de justiça da Comarca de Juiz de Fora (22/10/2015), e Vinícius Ximenes Muricy da Rocha, diretor de Desenvolvimento da Educação em Saúde do Ministério da Saúde (22/10/2015); e das Sras. Elisa Smanoto (3), diretora de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidenta da República (15/10/2015), e Élide de Freitas Rezende, promotora de justiça da Procuradoria-Geral de Justiça (22/10/2015). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 367/2015, no 1º turno (deputado



Arlen Santiago), 543, no 1º turno, e 2.815/2015, em turno único (deputado Carlos Pimenta), e 1.596/2015, em turno único (deputado Ricardo Faria). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Juliana Marinho Diniz, assessora técnica em Saúde, representando o presidente da Associação Mineira de Municípios – AMM –, Yasmim Capelupi Nascimento, subsecretária de Saúde da Prefeitura Municipal de Barroso, Regiane Rose do Carmo Albuquerque, coordenadora administrativo e financeira do Hospital e Maternidade São José, Juliana Silvestre Barreto Pinto, diretora de Departamento da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Dourada, Juliana de Medeiros Campos, secretária executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde das Vertentes – Cisver –, Eliane Resende, secretária Municipal de Saúde de Resende Costa, Rita de Cássia Aguiar Barboza, gestora SUS da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz de Arinos, Lilian Carla Pereira, secretária Municipal de Saúde de Nazareno, e os Srs. Darlan Venâncio Thomaz, assessor de Cooperação Intermunicipal em Saúde e Coordenador do Núcleo de Informação e Governança Regional da Secretaria de Saúde, representando o secretário, Robson Campos Vidigal, superintendente Regional de Saúde de Barbacena, José Raimundo Dias, diretor da Gerência Regional de Saúde de São João Del Rei, Marcos Bernardes Prates, secretário Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, Geraldo Tadeu de Oliveira, secretário Municipal de Saúde de São Tiago, Telmo Teixeira, secretário Municipal de Saúde de Ibituruna, João Batista de São José, vereador da Câmara Municipal de Rio Espera, Rafael Geraldo Cordeiro, secretário Municipal de Saúde de Congonhas, José Orleans da Costa, secretário Municipal de Saúde e Programas Sociais de Barbacena, Mário Lúcio Batista de Oliveira, secretário Municipal de Saúde de Conceição da Barra de Minas, Angileu Sebastião Teixeira, secretário Municipal de Saúde de Piedade do Rio Grande, José Raimundo da Paixão, provedor do Hospital São Vicente de Paulo, e Rodrigo Chavez Penha, secretário Municipal de Saúde de São João Del Rei, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra aos deputados Glaycon Franco e Antônio Jorge, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.108/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre proposta do Estado para garantir a qualidade da frota de veículos do Sistema Estadual de Transporte em Saúde – Sets –, nos termos da Resolução SES/MG nº 3.638, de 20 de fevereiro de 2013, que institui a nova regulamentação para o Sets no Estado e dá outras providências;

nº 4.109/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada audiência pública para ouvir a Secretaria de Saúde sobre os critérios e a forma de custeio dos centros de especialidades médicas;

nº 4.110/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde – SES – pedido de providências com vistas à inclusão dos dados de produção dos consórcios intermunicipais de saúde no banco de dados do Sistema Único de Saúde – SUS;

nº 4.111/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação da saúde no Município de Ouro Preto;

nº 4.112/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater os problemas relacionados ao fornecimento de medicamentos para tratamento das epilepsias e a política de assistência aos portadores de epilepsia, prevista na Lei nº 18.373, de 4 de setembro de 2009;

nº 4.113/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Programa de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras;

nº 4.114/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada audiência pública nas sedes de Macrorregiões de Saúde Oeste/Divinópolis, Triângulo do Norte/Uberlândia, Centro/Belo Horizonte, Sudeste/Juiz de Fora e Sul/Alfenas, com a participação de juizes, gestores municipais, promotores e defensoria, visando a alinhar o conhecimento sobre o Sistema Único

www.almg.gov.br Página 6 de 16



de Saúde –SUS –, a medicina baseada em evidência e os meios disponíveis para o Poder Judiciário solicitar informações sobre medicamentos e procedimentos demandados;

nº 4.115/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para implantação de um programa gratuito de capacitação e reconstrução mamária em mulheres com câncer, direcionado aos profissionais mastologistas e com previsão de início em fevereiro de 2016, em parceria com a Associação Médica de Minas Gerais e a Sociedade Mineira de Mastologia;

nº 4.116/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para se debater com o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM – possíveis irregularidades relacionadas à não liberação de órteses, próteses, medicamentos, dietas e demais tratamentos médicos aos segurados da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, pensionistas e dependentes;

nº 4.117/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência pública, na região do Barreiro, em Belo Horizonte, para se debater a implantação do Hospital Metropolitano do Barreiro, no que se refere ao seu funcionamento, atendimento, infraestrutura e demais serviços;

nº 4.118/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita sejam encaminhados ao secretário de Saúde pedido de informações sobre as prioridades contempladas na etapa final do Fórum Regional de Governo Vertentes, em Barbacena, em 12/8/2015, e pedido de providências com vistas a reforma e melhorias nos hospitais de Barbacena e Conselheiro Lafaiete, em conformidade com o documento que menciona, da Associação dos Movimentos Sociais, Moradores e Amigos de São João del-Rei – Movimento Levanta Cidadão – Ammasdel-Rei;

nº 4.119/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado ao ministro da Saúde pedido de informações sobre a execução do programa Melhor em Casa no Município de São João del-Rei, em conformidade com o documento que menciona, da Associação dos Movimentos Sociais, Moradores e Amigos de São João del-Rei – Movimento Levanta Cidadão – Ammasdel-Rei;

nº 4.120/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de informações sobre o fato de não ter sido enviada a programação anual de 2016 para o Conselho Estadual de Saúde antes da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 para a ALMG, conforme determinam os arts. 3º, VI, e 36, § 2º, da Lei Complementar nº 141, de 2012, conforme ofício do CESMG nº 244/2015;

nº 4.121/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita sejam encaminhados à presidência da ALMG, à 1ª-Secretaria e à Comissão de Constituição e Justiça os fatos relatados pelo Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, conforme Ofício CESMG nº 244/2015;

nº 4.122/2015, dos deputados Glaycon Franco, Geraldo Pimenta e Antônio Jorge, em que solicitam sejam encaminhadas ao secretário de Saúde as notas taquigráficas da 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde, realizada em 4/11/2015.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Carlos Pimenta, presidente – Glaycon Franco – Doutor Jean Freire.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/11/2015

Às 17h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa, Luiz Humberto Carneiro (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC) e Durval Ângelo (substituindo a deputada Cristina Corrêa, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada



comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 2.252/2015, no 1º turno (Agostinho Patrus Filho), e Projeto de Lei nº 2.353/2015, no 1º turno (Gustavo Corrêa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.252/2015 (relator: deputado Agostinho Patrus Filho) e 2.353/2015 (relator: deputado Gustavo Corrêa). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2015.

João Magalhães, presidente – Agostinho Patrus Filho – Sargento Rodrigues – Carlos Pimenta – Fábio Cherem – Cristina Corrêa – Cabo Júlio.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/11/2015

Às 11h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Dilzon Melo e Noraldino Júnior (substituindo o deputado Inácio Franco, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado Missionário Márcio Santiago em que se manifesta contra o art. 2º do Projeto de Lei nº 2.946/2015 e encaminha levantamento realizado pela Polícia Ambiental. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer em que o relator, deputado Cássio Soares, conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.132/2015 no 1º turno, o presidente defere pedido de vista do deputado Dilzon Melo. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 964 e 2.616/2015 (relator: deputado Inácio Franco), que receberam parecer por sua aprovação, votando "sim" os deputados Cássio Soares, Dilzon Melo e Noraldino Júnior. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.693, 2.719, 2.720, 2.724, 2.726, 2.727 e 2.759/2015. Também é aprovado o Requerimento nº 2.723/2015 com a Emenda nº 1. É adiada a votação do Requerimento nº 2.722/2015, a requerimento do deputado Noraldino Júnior. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.123/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião com convidados para debater a situação do abastecimento de água na Região Metropolitana de Belo Horizonte e as perspectivas para 2016;

nº 4.124/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os testes realizados pelo Estado para verificação das informações sobre emissões de poluentes dos veículos fabricados e comercializados no mercado mineiro;

nº 4.125/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja realizada audiência pública em Brumadinho para debater possíveis irregularidades que a empresa Vallourec Mineração Ltda. estaria praticando no empreendimento Mina Pau Branco;



nº 4.126/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os trabalhos desenvolvidos pelo Movimento Católico Global pelo Clima;

nº 4.127/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja realizada reunião com convidados, com a participação da Sociedade Mineira de Agricultura e da Embrapa, para apresentar o programa Plantando Água.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Cássio Soares, presidente – Marília Campos – Carlos Pimenta – Inácio Franco.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/11/2015

Às 14h12min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e o deputado Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita às deputadas e aos deputados que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater a necessidade da elaboração de um plano de reforma e restauração das Igrejas de Nossa Senhora do Ó e Matriz de Nossa Senhora da Assunção, em Sabará. Registra-se a presença da deputada Cristina Corrêa, que assume a presidência dos trabalhos. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os seguintes convidados: Sras. Soraia Aparecida Martins Farias, diretora de Conservação e Restauração do Iepha-MG, representando o secretário de Cultura e a presidente desse instituto; Maria Goreti Gabrich, diretora do Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, representando o arcebispo metropolitano de Belo Horizonte; Rosângela Guimarães, chefe de gabinete da Superintendência Regional do Iphan, representando a titular dessa superintendência; Ten. PM Marcelo Oscar de Queiroz, secretário de Defesa Social de Sabará e coordenador da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil desse município; Ten. PM Felipe Augusto Maciel, comandante do pelotão do Corpo de Bombeiros de Sabará; Pe. João Carlos da Silva, pároco da Paróquia Nossa Senhora da Conceição e responsável pela Igreja de Nossa Senhora do Ó; Pe. Deuslando Daniel de Assis, responsável pela Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção; Sr. Cláudio Otaviano Filomeno, presidente da Conferência de São Vicente de Paulo de Ravena; Sra. Maria da Penha Ferreira Pinto, coordenadora da Pastoral do Batismo de Ravena, e Sr. Eder Lírio Ferreira Pinto, zelador da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Wander Borges, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.140/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao Iepha-MG pedido de providências para a instauração de procedimento de tombamento dos imóveis referentes aos primeiros hangares de aviação, construídos no Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte;

nº 4.141/2015, do deputado Lafayette de Andrada, em que solicita seja encaminhado à Diretoria de Patrimônio Cultural da Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para a instauração de procedimento de tombamento dos imóveis referentes aos primeiros hangares de aviação, construídos no Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte;

nº 4.142/2015, do deputado Wander Borges e das deputadas Ione Pinheiro e Cristina Corrêa, em que solicitam sejam realizadas visitas às Coordenadorias de Defesa do Patrimônio Histórico dos Ministérios Públicos Estadual e Federal para tratar de ações com vistas a agilizar a recuperação do patrimônio histórico tombado no Estado, notadamente em Sabará;



nº 4.143/2015, do deputado Wander Borges e das deputadas Ione Pinheiro e Cristina Corrêa, em que solicitam seja encaminhado à Arquidiocese de Belo Horizonte pedido de providências para a atualização financeira do projeto de restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção e para que seja enviado à comissão o resultado dessa atualização;

nº 4.144/2015, do deputado Wander Borges e das deputadas Ione Pinheiro e Cristina Corrêa, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Cultura pedido de providências para que, nos projetos de restauração do patrimônio histórico do Estado, as Igrejas Matriz de Nossa Senhora da Assunção e de Nossa Senhora do Ó, em Sabará, sejam consideradas prioritárias.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2015.

Bosco, presidente – Ione Pinheiro – Rogério Correia.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/11/2015

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Noraldino Júnior e Antônio Jorge (substituindo o deputado Fred Costa, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Junior, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Antônio Jorge, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são recebidos e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.135/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências para que realize vistoria técnica nas lojas do Mercado Central que comercializam animais, com vistas a verificar a existência e a validade de autos de vistoria emitidos pela corporação e a conformidade das mencionadas lojas com as normas de segurança, e, no caso de haver irregularidades, para que adote as medidas cabíveis;

nº 4.136/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Delegacia Especializada em Crimes contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários pedido de informações sobre o crime de maus-tratos ocorrido na Academia Alta Energia, no Bairro Castelo, em Belo Horizonte, em 16/12/2014, que resultou na morte da cadela da raça Akita denominada Anília, especificando se foi instaurado inquérito policial e, em caso afirmativo, qual o desfecho do caso;

nº 4.137/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Núcleo de Atendimento às Ocorrências de Maus-Tratos da 1ª Delegacia Regional de Juiz de Fora pedido de providências para que seja aberto inquérito com a finalidade de investigar possíveis maus-tratos contra animais nas Feiras Livres de Juiz de Fora, conforme denúncias recebidas pela comissão;

nº 4.138/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Teixeiras pedido de informações sobre a situação dos animais de rua dessa cidade, especificamente sobre a estimativa da quantidade de cães e gatos circulantes; a existência de cadastro desses animais; a adoção de medida de controle populacional e de zoonoses; e a existência de canil municipal ou médico-veterinário responsável que preste assistência a esses animais e, em caso positivo, seu nome e número de inscrição profissional;

nº 4.139/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita sejam encaminhadas ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação, ao Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais, à Vigilância Sanitária Municipal da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte, ao Sr. Gilson Dias Rodrigues, médico-veterinário, à presidência do Mercado Central, à Sra. Flávia Quadros C. Ferreira, médica-veterinária, à

Comissão de Direitos dos Animais da OAB-MG, ao Movimento pelos Direitos dos Animais, ao Centro de Estudos em Biodireitos e à Associação Protetora dos Animais Carentes do Estado de Minas Gerais as notas taquigráficas da 14ª Reunião da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em 22/10/2015, que teve por finalidade expor as razões técnico-periciais do laudo sobre as condições sanitárias e de trato dos animais mantidos e comercializados no Mercado Central de Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2015.

Ione Pinheiro, presidente – Glaycon Franco – Douglas Melo.

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/11/2015

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Gil Pereira, membro da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, Carlos Pimenta, Dalmo Ribeiro Silva e Cássio Soares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a transposição do Rio São Francisco, detalhando os estudos de revitalização da bacia, principalmente no Estado. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Gilberto Magalhães Occhi, ministro da Integração Nacional; Felipe Mendes de Oliveira, presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba-Codevasf; Lu Marini, piloto de aventura; Gilson de Carvalho Queiroz, diretor de Operações Norte da Copasa e da Copanor; Marco Túlio Simões Coelho, superintendente em Minas Gerais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, representando o presidente; Edvan Roberto Alves Cardoso, prefeito de Mamonas e secretário da AMM, representando Antônio Júlio de Faria, presidente da Associação Mineira de Municípios e prefeito de Pará de Minas; Apolo Heringer Lisboa, representando a Meta 2020 em defesa do Rio São Francisco; Márcio Reinaldo, prefeito de Sete Lagoas; e Amarildo José Brumano Kalil, presidente da Emater-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2015.

Bosco, presidente – Glaycon Franco – Tony Carlos.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/11/2015

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Ione Pinheiro e o deputado Nozinho. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sra. Mariah Machado Ferreira, secretária adjunta da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucional (30/10, 4/11, 7/11 e 12/11/2015); e do Sr. Alessandro Marques, da Secretaria de Estado de Governo (19/11/2015). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei Complementar nº



1/2015, no 2º turno, do qual designou como relator o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.769, 2.793 a 2.814, 2.835 a 2.839, 2.886, 2.895 e 2.896/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes Requerimentos nºs 4.050 a 4.060, 4.062 a 4.065, 4.068 e 4.069/2015. São recebidos pela presidência e, submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.470/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita às áreas afetadas pelas chuvas que atingiram o Município de Belo Horizonte em 28/10/2015;

nº 4.471/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as ações da Prefeitura de Belo Horizonte relativas à prevenção e ao combate às inundações durante o período chuvoso;

nº 4.472/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater o rompimento de duas barragens da Samarco Mineração no Distrito de Bento Rodrigues, localizado no Município de Mariana;

nº 4.474/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação do Condomínio Residencial Dr. Valdemar Diniz Henrique, localizado no Município de Belo Horizonte;

nº 4.476/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o fim do "tarifaço" em Nova Lima, como forma de cobrir o déficit orçamentário do Município;

nº 4.478/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para construção de posto de saúde para atendimento dos cidadãos, em especial os idosos e portadores de necessidades especiais, residentes nos Bairros Vila Granja de Freitas e Taquaril;

nº 4.480/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para promover políticas públicas de preservação do meio ambiente nos Bairros Vila Granja de Freitas e Taquaril, bem como a recuperação dos Córregos Olaria e Cachorro Magro, desde suas nascentes;

nº 4.481/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para empenho na solução do trânsito da região dos Bairros Vila Granja de Freitas e Taquaril, seja com a disponibilização de mais linhas de ônibus, seja com sinalização, instalação de redutores de velocidade, bem como de pontos de ônibus cobertos, para melhor acolher o usuário;

nº 4.482/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para a construção de escola municipal para promoção dos ensinos básico, fundamental e médio às crianças e aos adolescentes residentes nos Bairros Vila Granja de Freitas e Taquaril bem como a realização de políticas públicas direcionadas aos idosos e portadores de necessidades especiais, de modo que não precisem se deslocar para outras regiões de Belo Horizonte em busca de atendimento;

nº 4.487/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para asfaltamento da Rua do Grupo, na parte não concluída, e a abertura da Rua Nova Esperança, promovendo, ainda, a instalação de postes de iluminação pública;

nº 4.488/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Sabará pedido de providências para abertura da Rua Nova Esperança, que liga os Municípios de Belo Horizonte e Sabará e padece de infraestrutura e saneamento básico;

nº 4.490/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para disponibilização de redes de esgoto e pluviais em toda a extensão dos Bairros Vila Granja de Freitas e Taquaril, localizados no Município de Belo Horizonte;

nº 4.492/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as ações e o plano de trabalho para o ano de 2016 das associações microrregionais dos municípios;

nº 4.495/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião com convidados, com a presença do Sr. Gustavo Arrais, coordenador da Região Sul de Minas Gerais da Secretaria de Estado de Turismo, para apresentar as ações que serão desenvolvidas para os circuitos turísticos;

nº 4.497/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita sejam encaminhados votos de congratulações com o Sr. Noé Rodrigues da Silva, prefeito de Jacutinga, pelo êxito da Semana Cultural de Jacutinga.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada em 25/11/2015, às 14h15min, para apreciar o Projeto de Lei Complementar nº 1/2015 e discutir e votar proposições da comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de novembro de 2015.

Wander Borges, presidente – Nozinho – Geisa Teixeira.

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/11/2015

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa e Tito Torres (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Mariah Brochado, Secretária da Casa Civil (7/11/2015), e da Empresa São Gonçalo Ltda. (21/11/2015). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.887 e 2.906/2015.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.264/2015, do deputado Sargento Rodrigues.

São recebidos pela presidência e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.467/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado pedido de providências com vistas a instaurar procedimento investigativo para apurar as denúncias de irregularidade no pagamento de diárias vultosas aos coronéis da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, em notícia veiculada pelo jornal *Estado de Minas* em 9/11/2015;

nº 4.468/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Geraldo Ferreira da Silva, coordenador da 17ª Promotoria da Justiça do Patrimônio Público do Estado, pelo brilhante e zeloso trabalho que vem desempenhando em defesa do patrimônio público de Minas Gerais;

nº 4.473/2015, do deputado Fábio Cherem, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a realização de estudos sobre a viabilidade de utilizar o produto Ecosolid, ou semelhante, que é produzido em Minas Gerais, com a finalidade de sedimentar os rejeitos das Barragens de Santarém e Germano, no Município de Mariana, medida emergencial para diminuir a fluidez dos resíduos das barragens que se encontram em risco de rompimento, com índices de segurança inferiores aos indicados em norma;

nº 4.475/2015, do deputado Fábio Cherem, em que solicita seja encaminhada à Comissão Extraordinária das Barragens pedido de providências para a realização de estudos sobre a viabilidade de utilizar o produto Ecosolid, ou semelhante, que é



produzido em Minas Gerais, com a finalidade de sedimentar os rejeitos das Barragens de Santarém e Germano, no Município de Mariana, medida emergencial para diminuir a fluidez dos resíduos das barragens que se encontram em risco de rompimento, com índices de segurança inferiores aos indicados em norma;

nº 4.477/2015, do deputado Fábio Cherem, em que solicita seja encaminhado à Samarco Mineração S. A. pedido de providências para a realização de estudos sobre a viabilidade de utilizar o produto Ecosolid, ou semelhante, que é produzido em Minas Gerais, com a finalidade de sedimentar os rejeitos das Barragens de Santarém e Germano, no Município de Mariana, medida emergencial para diminuir a fluidez dos resíduos das barragens que se encontram em risco de rompimento, com índices de segurança inferiores aos indicados em norma.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 4.469/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à presidente da Copasa-MG pedido de informações, de forma detalhada, sobre o montante de todos os recursos já repassados ao projeto Manuelzão pelo governo do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2015.

Agostinho Patrus Filho, presidente – Isauro Calais – João Alberto – Cristina Corrêa.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/11/2015

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões Cássio Soares, Gilberto Abramo, Léo Portela. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Cássio Soares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres de redação final: pela aprovação do Projeto de Resolução nº 6/2015 (relator: deputado Gilberto Abramo) e dos Projetos de Lei nºs 3.005/2015 (relator: deputado Cássio Soares); 1.088/2015 (relator: deputado Léo Portela) e 1.675/2015 (relator: deputado Gilberto Abramo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. São aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 964, 1.038, 1.153, 1.182, 1.187, 1.212, 1.276, 1.521, 1.527, 1.845, 1.898, 1.919, 1.988, 2.105, 2.127, 2.158, 2.199, 2.204, 2.243, 2.259, 2.307, 2.309, 2.311, 2.315, 2.316, 2.319, 2.321, 2.326, 2.327, 2.405, 2.554, 2.576, 2.616, 2.621, 2.639, 2.710, 2.713, 2.752, 2.766, 2.767 e 2.912/2015 (relator: deputado Gilberto Abramo). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2015.

Gilberto Abramo, presidente – Durval Ângelo – Wander Borges.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/11/2015

Às 16h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira, Fábio Cherem e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião



se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.489/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião com convidados para debater a Emenda à Constituição nº 59, de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade da matrícula na educação infantil, a partir de 2016, para todas as crianças de 4 e 5 anos, conforme solicitação do Movimento Popular da Mulher - MPM -, da União Brasileira de Mulheres de Minas - UBM - e do Fórum Mineiro de Educação Infantil;

nº 4.491/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião com convidados para debater a programação do dia 8/3/2016;

nº 4.494/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop -, ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - e à Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Contagem - TransCon - as notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e Transportes, Comunicação e Obras Públicas, ocorrida no dia 19/11/2015;

nº 4.496/2015, do deputado João Leite, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as condições das casas que estão sendo entregues aos moradores de Barra Longa, que perderam todos os bens materiais em virtude do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, pois, segundo denúncia da ONG Tearfund e da Convenção Batista Mineira, as casas entregues estão vazias, sem móveis, utensílios domésticos, material de higiene e limpeza; fazendo-se necessário garantir também assistência psicológica e segurança pública na região;

nº 4.498/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as barragens de rejeitos de mineração e suas implicações nos municípios onde estejam presentes;

nº 4.499/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião com convidados conjunta com a Comissão Extraordinária das Barragens, com a presença de representantes da Superintendência Regional do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - e de outros órgãos de fiscalização das atividades das mineradoras para tratar do processo de fiscalização de barragens que contenham rejeitos de mineração;

nº 4.501/2015, da deputada Marília Campos e do deputado Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado à Companhia Siderúrgica Nacional - CSN - pedido de informações consubstanciadas na cópia do Plano de Atendimento de Emergência - PAE - referente à barragem de rejeito de mineração localizada no Município de Congonhas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2015.

Marília Campos, presidente – João Leite – Doutor Jean Freire.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 28/12/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 4/1/2016, Cássio Humberto de Mendonça, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;



exonerando Maria de Fátima Torres Duarte Lopes, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;
exonerando, a partir de 1/1/2016, Vanderlei Mauro da Silva Junior, padrão VL-37, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Geisa Teixeira;

nomeando Pollyana Cristina Carvalho, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;
nomeando Wanderson Gonçalves Jacovine de Assis, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira.

Nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000 e 5.310, de 21/12/2007, assinou o seguinte ato:

exonerando, a pedido, a partir de 1/1/2016, Marco Antonio Meireles Barbosa do cargo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico em Eletrônica, padrão VL-34, classe I, código AL-TE, do quadro de pessoal desta Secretaria.



ERRATAS

104ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA Discursos Proferidos em 15/12/2015

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/12/2015, na pág. 42, depois do aparte do deputado Dilzon Melo, onde se lê:

“Queremos dizer que, quando a Lei nº 100 foi votada aqui”, leia-se:

“O deputado Arlen Santiago – Queremos dizer que, quando a Lei nº 100 foi votada aqui”.

105ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 16/12/2015

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/12/2015, na pág. 65, depois da fala do presidente, onde se lê:

“Para nós também esse é um motivo de satisfação”, leia-se:

“O deputado Antônio Jorge – Obrigado, presidente. Para nós também esse é um motivo de satisfação”.